SUMÁRIO

Prefeitura de Porto Alegre - RS

Monitor

LÍNGUA PORTUGUESA

Análise global do texto; Interpretação de textos: variedade de textos **1**
Ortografia **3**
Relações entre fonemas e grafias **10**
Acentuação gráfica **13**
Morfologia: estrutura e formação de palavras **16**
Classes de palavras e seu emprego; Flexões: gênero, número e grau do substantivo e adjetivo **22**
Sintaxe: Termos da oração; Processos de coordenação e subordinação **39**
Equivalência e transformação de estruturas **45**
Discurso direto e indireto **55**
Concordância nominal e verbal **59**
Regência verbal e nominal **65**
Crase **72**
Pontuação **76**
Adequação de linguagem **81**
Figuras e funções da linguagem **82**
Estruturação do texto e dos parágrafos **90**
Informações literais e inferências **92**
Estruturação do texto: recursos de coesão **92**
Significação contextual de palavras e expressões **100**
Questões **105**
Gabarito **117**

RACIOCÍNIO LÓGICO

Resolução de problemas de raciocínio lógico: sentenças abertas; Proposições lógicas simples e compostas; Conectivos lógicos (conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional e bicondicional); Negações; Número de linhas de uma tabela-verdade; Valores lógicos das proposições e construção e interpretação de tabelas-verdade; Equivalências lógicas (leis de morgan e condicional) **1**
Quantificadores e suas negações; Diagramas lógicos **10**
Lógica de argumentação: estrutura de argumentos; Premissas e conclusão; Validade e invalidade de argumentos; Inferências, deduções e analogias **22**

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Raciocínio sequencial e identificação de regularidades: padrões numéricos, figurativos e de palavras; Reconhecimento de padrões em estruturas sequenciais baseadas em leis de formação simples 25
Associação entre elementos (pessoas, objetos, lugares, eventos) 31
Ordenação temporal e espacial; Posição relacional de elementos e transformação de caracteres alfanuméricos ou figuras geométricas 35
Contagem; Princípio fundamental da contagem e métodos combinatórios básicos aplicados ao raciocínio lógico 41
QUESTÕES 43
GABARITO 49

INFORMÁTICA

Sistema operacional windows 10 e 11: funções do painel de controle; configurações básicas (configurações, vídeos, armazenamento, personalização, temas, tela de fundo, bloqueio); instalação/desinstalação de aplicativos; conceito de diretórios; operações sobre arquivos e pastas: copiar, mover, excluir, recortar, colar, renomear, etc.; identificação e utilização de nomes válidos de arquivos, pastas e subpastas; tipos de extensões de arquivos; atualização de segurança; extensões de imagens; extensões de compactadores; permissões, históricos e pesquisas do windows; atalhos de teclas gerais 1
Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup) 22
Aspectos de segurança de sistemas computacionais: vírus, antivírus, spyware, antispyware, malware; assinatura eletrônica, certificado digital e documentos eletrônicos: conceitos, autenticação, integridade e validade jurídica 33
Microsoft word 2016 ou superior e versão online - office 365: abrir, criar, configurar, formatar, imprimir e salvar um documento; trabalhando com revisão; trabalhando com elementos gráficos 47
Excel 2016 ou superior e versão online - office 365: definir, identificar e diferenciar célula, planilha e pasta; formatar e salvar uma planilha e pasta; abrir, fechar e salvar pastas e planilhas; utilização de fórmulas envolvendo as operações aritméticas e estatísticas; referenciar células em fórmulas; tabelas dinâmicas (pivot tables); gráficos 57
Internet e intranet: conceituar, identificar, caracterizar e diferenciar internet e intranet; ferramentas e aplicativos de navegação: google chrome, microsoft internet explorer e edge e mozilla firefox; diferenciar acessos em redes locais e globais, acessar plataformas digitais e utilizar mecanismos de busca 65
Conhecimentos sobre correio eletrônico – outlook e gmail: enviar, responder, encaminhar e configurar mensagens de correio eletrônico 86
Ferramentas de videoconferência, mensagens e colaboração corporativa: comunicação, reuniões virtuais, compartilhamento de informações e trabalho colaborativo 89
Lei geral de proteção de dados (lgpd): noções básicas, princípios, tratamento de dados pessoais, direitos dos titulares e aplicação na administração pública 95
Inteligência artificial: conceitos fundamentais, inteligência artificial generativa, assistentes virtuais, elaboração de comandos (prompts), análise crítica de respostas automatizadas, limitações, riscos, aspectos éticos, proteção de dados e aplicação na administração pública 117

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

QUESTÕES 124
GABARITO 130

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Tempos e espaços da Educação Infantil 1
Organização da Educação Infantil 6
Função social da escola 12
Etapas do desenvolvimento infantil 14
Mediação pedagógica 24
Educar e cuidar 29
Ludicidade, jogos, brincadeiras e aprendizagem infantil 34
Recreação infantil 39
Princípios da inclusão escolar 45
Acessibilidade e adaptação de instrumentos e materiais pedagógicos 51
Atendimento às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação 56
Relação ética e respeitosa com a diversidade 62
Práticas de acolhimento na escola 67
Alimentação infantil: cuidados e apoio; Higiene pessoal e coletiva: promoção de hábitos e cuidados; Noções básicas de saúde infantil e prevenção de doenças; Condução segura dos alunos em ambientes escolares 73
Segurança no ambiente escolar; Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros 79
Noções da relação escola, família e comunidade 84
Noções de planejamento escolar 88
Organização e preservação do ambiente escolar; Organização e rotinas escolares 94
Noções sobre Base Nacional Comum Curricular – etapa da Educação Infantil 99
Direitos da criança 118
Lei da Primeira Infância 126
Proposta Pedagógica para a Educação Infantil de Porto Alegre - Cenários e Tempos (2021) 135
Referencial Curricular da Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre (2025) 136
QUESTÕES 136
GABARITO 144

LEGISLAÇÃO

Constituição Federal 1
Lei Federal nº 15.388/2026 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 6
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 15

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações 80
Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica 112
Diretrizes e Bases da Avaliação Nacional: Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 114
Decreto Federal nº 11.556/2023 - Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada 120
Lei Federal nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 126
Decreto Federal nº 12.686/2025 - Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva 158
Decreto nº 6.286/2007 - Institui o Programa Saúde na Escola – PSE 165
Lei nº 11.947/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica 168
Lei nº 14.113/2020 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) 177
Lei Federal nº 13.257/2016 - Marco legal da primeira infância 200
Lei Federal nº 14.533/2023 - Política Nacional de Educação Digital - PNED 210
Lei Federal nº 15.211/2025 - Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente) 214
Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente 227
Lei Federal nº 14.817/2024 - Diretrizes para valorização dos profissionais da educação 297
Lei Estadual nº 13.474/2010 - Dispõe sobre o combate da prática de “bullying” por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos 299
Lei Federal nº 13.185/2015 - Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) 301
Lei Municipal nº 6.151/1988 - Estabelece o plano de carreira do magistÈrio p˙blico municipal 302
Questões 303
Gabarito 310

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A compreensão interpretativa é uma etapa avançada da leitura, na qual o leitor não se limita a decodificar palavras ou identificar informações explícitas no texto, mas também busca interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre afirmações factuais e opiniões. Essa capacidade de interpretar um texto em níveis mais profundos é essencial para o desenvolvimento de uma leitura crítica e para a formação de leitores autônomos e reflexivos.

A interpretação vai além do óbvio, exigindo que o leitor se envolva com o texto, compreendendo as entrelinhas, reconhecendo os pontos de vista do autor e sendo capaz de avaliar a validade das informações apresentadas.

Propósito do Autor

Um dos aspectos centrais da compreensão interpretativa é a identificação do propósito do autor. Para compreender o texto em profundidade, é essencial que o leitor seja capaz de reconhecer por que o autor o escreveu e qual é sua intenção principal. O propósito de um texto pode variar consideravelmente: o autor pode querer informar, persuadir, entreter, explicar, criticar, ou até mesmo provocar reflexões e debates sobre temas complexos. Identificar esse propósito é importante porque ele orienta a maneira como o leitor interpreta o conteúdo e reage às informações apresentadas.

Quando o propósito do autor é informar, ele busca transmitir conhecimentos ou dados de maneira objetiva, sem, em princípio, tentar influenciar a opinião do leitor. Textos jornalísticos, científicos e relatórios são exemplos típicos desse tipo de intenção. Já em textos cujo objetivo é persuadir, o autor tenta convencer o leitor a adotar uma determinada postura ou ideia, utilizando argumentos, retórica e técnicas de persuasão. É o caso, por exemplo, de artigos de opinião, editoriais e propagandas. Quando o texto busca entreter, a intenção do autor é envolver o leitor por meio de histórias, emoções ou humor, como ocorre na literatura de ficção, no teatro e nas narrativas humorísticas.

Reconhecer o propósito do autor é fundamental porque, ao fazer isso, o leitor pode ajustar sua interpretação para captar melhor as intenções por trás do discurso. Isso o ajuda a compreender as escolhas linguísticas, o tom e a organização do texto. Por exemplo, em um artigo persuasivo, o autor pode selecionar dados e argumentos que favoreçam seu ponto de vista, enquanto, em um texto informativo, ele deve se ater a uma apresentação mais equilibrada dos fatos. Assim, a clareza quanto ao propósito do autor aprimora a leitura crítica e permite que o leitor avalie o texto com maior precisão.

Informações Implícitas

Outro aspecto essencial da compreensão interpretativa é a habilidade de identificar informações implícitas no texto. Informações implícitas são aquelas que não estão declaradas de forma explícita, mas que podem ser inferidas pelo leitor com base no contexto, na estrutura textual e nos indícios linguísticos. Para interpretar corretamente essas informações, o leitor precisa “ler nas entrelinhas”, isto é, captar significados que vão além das palavras ditas ou escritas.

Muitas vezes, os autores não expõem todas as informações diretamente, deixando que o leitor faça deduções a partir do que foi apresentado. Esse tipo de comunicação é comum em textos literários, mas também pode ocorrer em textos argumentativos, jornalísticos e outros gêneros.

Por exemplo, em uma narrativa literária, um autor pode descrever a expressão de um personagem ou a ambientação de uma cena sem revelar diretamente seus sentimentos ou intenções, deixando que o leitor faça a inferência sobre o estado emocional ou as motivações do personagem. Em textos de opinião, o autor pode sugerir, de forma indireta, sua visão sobre um assunto sem afirmá-la de modo explícito, utilizando uma escolha de palavras ou uma estrutura argumentativa que conduza o leitor a uma conclusão.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	~p
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção (p ^ q) é a seguinte:

p	*q*	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	*q*	*p* ^ *q*	p v q	p -> q	p ⇔q	p v. q
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossA tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n, onde n é o número de proposições.

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	*q*	*r*	p v q -> r

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Windows 10

Lançado em 2015, o Windows 10 chega ao mercado com a proposta ousada de juntar todos os produtos da Microsoft em uma única plataforma. Além de desktops e notebooks, essa nova versão equipará smartphones, tablets, sistemas embarcados, o console Xbox One e produtos exclusivos, como o Surface Hub e os óculos de realidade aumentada HoloLens[1].

Versões do Windows 10

- **Windows 10 Home:** edição do sistema operacional voltada para os consumidores domésticos que utilizam PCs (desktop e notebook), tablets e os dispositivos "2 em 1".
- **Windows 10 Pro:** o Windows 10 Pro também é voltado para PCs (desktop e notebook), tablets e dispositivos "2 em 1", mas traz algumas funcionalidades extras em relação ao Windows 10 Home, os quais fazem com que essa edição seja ideal para uso em pequenas empresas, apresentando recursos para segurança digital, suporte remoto, produtividade e uso de sistemas baseados na nuvem.
- **Windows 10 Enterprise:** construído sobre o Windows 10 Pro, o Windows 10 Enterprise é voltado para o mercado corporativo. Os alvos dessa edição são as empresas de médio e grande porte, e o Sistema apresenta capacidades que focam especialmente em tecnologias desenvolvidas no campo da segurança digital e produtividade.
- **Windows 10 Education:** construída a partir do Windows 10 Enterprise, essa edição foi desenvolvida para atender as necessidades do meio escolar.
- **Windows 10 Mobile:** o Windows 10 Mobile é voltado para os dispositivos de tela pequena cujo uso é centrado no touchscreen, como smartphones e tablets..
- **Windows 10 Mobile Enterprise:** também voltado para smartphones e pequenos tablets, o Windows 10 Mobile Enterprise tem como objetivo entregar a melhor experiência para os consumidores que usam esses dispositivos para trabalho.
- **Windows 10 IoT:** edição para dispositivos como caixas eletrônicos, terminais de autoatendimento, máquinas de atendimento para o varejo e robôs industriais – todas baseadas no Windows 10 Enterprise e Windows 10 Mobile Enterprise.
- **Windows 10 S:** edição otimizada em termos de segurança e desempenho, funcionando exclusivamente com aplicações da Loja Microsoft.
- **Windows 10 Pro – Workstation:** como o nome sugere, o Windows 10 Pro for Workstations é voltado principalmente para uso profissional mais avançado em máquinas poderosas com vários processadores e grande quantidade de RAM.

1 *https://estudioaulas.com.br/img/ArquivosCurso/materialDemo/SlideDemo-4147.pdf*

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Ritmos cotidianos e experiências de infância

Sequências de chegada, exploração e despedida

O trabalho com Previsibilidade sem rigidez; transições e segurança emocional constitui um eixo de decisões pedagógicas que se manifesta nas ações ordinárias da instituição. A qualidade dessa organização depende de observar o que efetivamente acontece com as crianças, e não apenas o que foi antecipado em registros administrativos. Um mesmo arranjo pode produzir participação em determinado contexto e criar obstáculos em outro. Por isso, a análise envolve as condições concretas de realização, a forma pela qual os profissionais respondem às manifestações infantis e a possibilidade de ajustar a proposta quando aparecem necessidades distintas.

Situação observável e leitura das necessidades

Considere a situação em que uma criança chega após o início da roda e precisa se integrar sem interrupção. A ocorrência permite examinar como o contexto favorece ou dificulta a ação das crianças. Antes de alterar a dinâmica, é pertinente identificar os recursos disponíveis, escutar os participantes e reconhecer o que já conseguem fazer com autonomia. A resposta adulta não deve reduzir a experiência a uma ordem a ser cumprida; seu papel inclui criar condições para que haja exploração, comunicação e segurança. O que parece um detalhe operacional pode alterar profundamente a possibilidade de envolvimento de cada criança.

Uma atuação coerente consiste em oferecer acolhida individual e disponibilizar atividade acessível. Essa providência precisa ser comunicada de maneira compreensível e incorporada ao funcionamento real, com identificação de quem acompanha o processo. Sempre que possível, a criança participa das escolhas que lhe dizem respeito, enquanto o adulto preserva a responsabilidade pelas condições de cuidado. A equipe pode comparar o que esperava acontecer com o que de fato ocorreu, recolhendo indícios para aperfeiçoar a ação. A intervenção torna-se educativa quando amplia possibilidades e não quando apenas acelera a execução.

É indispensável reconhecer um limite: horários fixos não devem desconsiderar cansaço, alimentação e necessidades pessoais. Esse cuidado evita transformar uma medida aparentemente eficiente em fonte de exclusão, constrangimento ou insegurança. As decisões devem considerar o conjunto da situação, inclusive as condições físicas, emocionais e comunicacionais. Se houver dúvida relevante sobre segurança ou sobre a competência necessária para realizar determinada ação, a providência adequada envolve a equipe responsável e, quando cabível, profissionais habilitados. A continuidade do acompanhamento permite corrigir condutas sem atribuir à criança a responsabilidade por falhas de organização.

Duração das vivências e atenção infantil

No cotidiano institucional, o trabalho com alternância entre exploração livre, propostas compartilhadas e repouso precisa ser tratado de forma articulada, e não como providências independentes. As escolhas feitas pelos adultos influenciam as oportunidades de iniciativa, os modos de convivência e a confiança construída nas interações. A observação dessas relações permite compreender como pequenos ajustes podem transformar a experiência infantil. A intenção educativa se revela no cuidado com os detalhes: o modo de apresentar uma proposta, a disponibilidade de materiais, a atitude diante de uma recusa e a abertura para mudanças razoáveis.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Legislação

Direitos Fundamentais e Sociais na Constituição de 1988

A Constituição Federal de 1988 representa um marco histórico no Brasil por ter consolidado um novo pacto social após duas décadas de regime militar. Conhecida como “Constituição Cidadã”, ela se destaca por assegurar um extenso catálogo de direitos fundamentais e sociais, refletindo os valores de liberdade, dignidade da pessoa humana, justiça social e participação popular.

Conceito e natureza dos direitos fundamentais

Os direitos fundamentais são garantias reconhecidas pela Constituição como essenciais para o exercício da cidadania e para a dignidade do ser humano. Eles podem ser classificados em cinco grandes grupos:

- Direitos civis: ligados à liberdade individual, como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- Direitos políticos: asseguram a participação do cidadão na vida política do país, como o direito de votar e ser votado.
- Direitos sociais: garantem condições mínimas de vida digna, como saúde, educação, trabalho e assistência social.
- Direitos econômicos: relacionados à organização econômica e ao trabalho digno.
- Direitos culturais e ambientais: voltados para o respeito às tradições culturais e à proteção do meio ambiente.

Esses direitos estão previstos, sobretudo, no Título II da Constituição Federal, que trata dos “Direitos e Garantias Fundamentais”, abrangendo os artigos 5º ao 17.

Artigo 5º: o núcleo dos direitos civis

O artigo 5º é considerado o coração dos direitos fundamentais da Constituição. Ele assegura, de forma ampla, direitos individuais e coletivos, muitos dos quais possuem aplicação imediata. Entre os principais direitos garantidos por esse artigo estão:

- Direito à vida, à liberdade e à igualdade
- Liberdade de expressão, de crença e de associação
- Inviolabilidade do domicílio e da correspondência
- Garantias processuais, como o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa
- Direito de propriedade e de acesso à justiça

É importante destacar que o artigo 5º também estabelece que os direitos e garantias nele previstos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição ou dos tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte.

Direitos sociais: educação, saúde, trabalho e mais

Os direitos sociais estão definidos no artigo 6º da Constituição e têm como objetivo garantir o bem-estar coletivo e individual. São eles:

- Educação
- Saúde
- Alimentação

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.